

Coordenação

LUIS FELIPE SALOMÃO

RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA

ANA FRAZÃO

ALEXANDRE SANTOS DE ARAGÃO, ALINE LÍCIA KLEIN, AMANDA FLÁVIO DE OLIVEIRA, ANA FRAZÃO, ANDRÉ CYRINO, ANDRÉ SANTA CRUZ, AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO, CÁSSIO CASAGRANDE, CELSO FERNANDES CAMPILONGO, CÉSAR MATTOS, DANIEL SARMENTO, DIOGO R. COUTINHO, FÁBIO ULHOA COELHO, FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO, GILBERTO BERCOVCI, GILMAR FERREIRA MENDES, GUSTAVO BINENBOJM, GUSTAVO TEPEDINO, INGO WOLFGANG SARLET, ISABELA MAIOLINO, JERÔNIMO GOERGEN, JOÃO C. DE ANDRADE UZÉDA ACCIOLY, JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES, JULIANA OLIVEIRA DOMINGUES, LAÍS CAVALCANTI, LUCIANA L. YEUNG, LUCIANO BENETTI TIMM, MARCOS PEREIRA, NOEMIA PORTO, OTAVIO YAZBEK, PAULO HENRIQUE DOS SANTOS LUCOM, PEDRO AURÉLIO DE QUEIROZ P. DA SILVA, RAFAEL VÉRAS DE FREITAS, SORAYA THRONICKE, TIAGO FENSTERSEIFER, VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO

LEI DE LIBERDADE ECONÔMICA

e seus impactos no
Direito Brasileiro

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitas Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drummond

Analista de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Estagiários: Alan H. S. Moreira e Bárbara Baraldi Sabino

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Cristiane Teixeira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Morais, Juliana Honorato, Juliana Sousa, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patricia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Rafael Ribeiro e Thais Pereira

Estagiárias: Tainá Luz Carvalho e Victória Menezes Pereira

Capa: Linotec

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Estagiária de Produção Gráfica: Ana Paula Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Lei de Liberdade Econômica e seus impactos no direito brasileiro / Luis Felipe Salomão, Ricardo Villas Bôas Cueva, Ana Frazão, coordenação. -- 1. ed. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2020. Vários autores.

Bibliografia

ISBN 978-65-5065-178-7

1. Direito empresarial - Brasil 2. Lei 13.874, de 2019 - Comentários 3. Livre comércio 4. Livre mercado I. Salomão, Luis Felipe. II. Cueva, Ricardo Villas Bôas. III. Frazão, Ana.

20-32635

CDU-34:338(81)(094.56)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Lei da Liberdade Econômica : Comentários
: Direito administrativo 34:338(81)(094.56)

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

SUMÁRIO

| | |
|-------------------|---|
| APRESENTAÇÃO..... | 5 |
|-------------------|---|

PARTE I

A LEI DE LIBERDADE ECONÔMICA NO CONTEXTO DO ATUAL CENÁRIO POLÍTICO

| | |
|---|----|
| 1. LIBERDADE ECONÔMICA E ALIENAÇÃO DE EMPRESAS ESTATAIS: REFLEXÕES A PARTIR DO JULGAMENTO DA ADI Nº 5.624 | 33 |
| <i>Gilmar Ferreira Mendes</i> | |
| I. Introdução..... | 33 |
| II. Aspectos constitucionais da intervenção direta do Estado no domínio econômico e o debate sobre alienação de empresas estatais..... | 36 |
| III. A alienação de empresas estatais na nova Lei das Estatais..... | 40 |
| IV. Conclusão | 44 |
| V. Referências bibliográficas..... | 45 |
| 2. A MEDIDA PROVISÓRIA DA LIBERDADE ECONÔMICA E SEUS IMPACTOS SOBRE INSTITUTOS DO CÓDIGO CIVIL | 47 |
| <i>Marcos Pereira</i> | |
| Conclusão..... | 54 |
| 3. LIBERDADE PARA EMPREENDER..... | 55 |
| <i>Jerônimo Goergen</i> | |
| Introdução | 55 |
| Desburocratização | 56 |
| Medida Provisória nº 881, de 2019 | 58 |
| Extinção de alvarás e licenças para atividades de baixo risco | 58 |
| Liberação de atividade econômica em qualquer dia ou horário..... | 59 |
| Liberação de definição de preço, salvo restrição em lei | 59 |
| Efeito vinculante em decisões administrativas de liberação | 59 |
| <i>In dubio pro libertatem</i> como regra de interpretação..... | 59 |
| Afastamento de normas infralegais desatualizadas | 59 |
| Aprovação tácita | 60 |
| Equiparação do documento digital ao físico | 60 |

| | |
|--|-----------|
| Abuso de solicitações de medidas ou prestações compensatórias ou mitigatórias no direito urbanístico..... | 60 |
| Proibição de exigência de certidão sem previsão em lei e vedação de emissão de certidões com prazo de validade sobre fatos imutáveis | 61 |
| Abuso regulatório/Das garantias da livre-iniciativa | 61 |
| Obrigatoriedade de Análise de Impacto Regulatório (AIR) | 61 |
| Definição dos conceitos de desconsideração da personalidade jurídica | 62 |
| Definição de parâmetros para interpretação, segurança e preservação jurídica dos contratos..... | 62 |
| Regularização da sociedade limitada unipessoal..... | 63 |
| Responsabilidade limitada em fundos de investimento | 63 |
| Incorporação da MP 876 (abertura e fechamento automático de empresas).... | 64 |
| Carteira de Trabalho Digital..... | 64 |
| Da Lei do Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Federais – Lei nº 10.522/2002 | 65 |
| Da Lei de Registros Públicos – Lei nº 6.015/1973..... | 65 |
| Conclusão | 65 |
| Referências..... | 66 |
| 4. LEI DE LIBERDADE ECONÔMICA..... | 67 |
| <i>Soraya Thronicke</i> | |
| Introdução | 67 |
| Um novo cenário nas relações empresariais..... | 68 |
| Conclusão | 71 |
| Referências bibliográficas | 72 |

PARTE II

ASPECTOS GERAIS PARA A COMPREENSÃO E A INTERPRETAÇÃO DA LEI DE LIBERDADE ECONÔMICA

| | |
|---|-----------|
| I. FRIEDRICH HAYEK, LIBERDADE ECONÔMICA, A MP E A LEI DA LIBERDADE ECONÔMICA: POR QUE É NECESSÁRIA?..... | 75 |
| <i>Luciana L. Yeung</i> | |
| I. Introdução: para que liberdade econômica? | 75 |
| II. Liberdade Econômica: Visão de um Grande Clássico | 77 |
| II.1. Liberdade econômica, competição e sistema de preços..... | 78 |
| II.2. Diferenças entre liberdade econômica e um estado de <i>laissez-faire</i> ... | 79 |
| II.3. Liberdade econômica como único meio de garantia da democracia ... | 80 |
| III. Liberdade econômica: o que mostram as evidências empíricas..... | 81 |
| IV. Afinal, o que tem a MP de tão especial? Alguns pontos para reflexão.... | 84 |

| | |
|---|-----|
| V. Uma chama de esperança..... | 85 |
| Referências..... | 85 |
| 2. LIBERDADE ECONÔMICA PARA QUEM? A NECESSÁRIA VINCULAÇÃO ENTRE A LIBERDADE DE INICIATIVA E A JUSTIÇA SOCIAL | 89 |
| <i>Ana Frazão</i> | |
| 1. Considerações iniciais..... | 90 |
| 2. A mutilação da liberdade de iniciativa: do liberalismo clássico ao liberalismo econômico | 91 |
| 2.1. A base do liberalismo clássico | 91 |
| 2.2. A implementação do liberalismo econômico..... | 93 |
| 2.3. O social-liberalismo e as tentativas de correção de rumo | 95 |
| 3. A impossibilidade de se sustentar a primazia absoluta da liberdade de iniciativa ou a sua compreensão sob perspectiva exclusivamente formal ou econômica | 97 |
| 3.1. Um “pequeno detalhe”: a Constituição brasileira..... | 97 |
| 3.2. A defesa dos livres mercados a partir do determinismo econômico ou da supremacia da propriedade ou da liberdade formal | 98 |
| 3.3. A defesa dos livres mercados a partir da primazia da liberdade e da neutralidade do Estado..... | 99 |
| 3.4. As distorções da compreensão exclusivamente econômica ou formal da liberdade de iniciativa e o seu necessário atrelamento às discussões sobre justiça social | 102 |
| 4. O Estado Democrático de Direito e a compreensão da liberdade de iniciativa no contexto do reconhecimento da autonomia como fundamento dos direitos subjetivos | 104 |
| 4.1. O verdadeiro debate dos tempos atuais: reconhecer a liberdade para todos ou para poucos..... | 104 |
| 4.2. Pavimentando o caminho para a conciliação entre liberdade e igualdade | 107 |
| 4.3. A liberdade a partir da igualdade de oportunidades e da existência de recursos materiais para o seu exercício..... | 111 |
| 5. Os riscos e as preocupações da Lei de Liberdade Econômica..... | 113 |
| 6. Considerações finais: há um meio termo entre a falácia do nirvana e a falácia do inferno? | 118 |
| 7. Referências bibliográficas..... | 120 |
| 3. AS INCONSTITUCIONALIDADES DA “LEI DA LIBERDADE ECONÔMICA” (LEI Nº 13.874, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019) | 123 |
| <i>Gilberto Bercovici</i> | |
| 1. Da Inutilidade da Lei nº 13.874/2019 | 123 |
| 2. O Artigo 1º da Lei..... | 129 |

| | | |
|------|--|-----|
| 3. | O Artigo 2º da Lei..... | 134 |
| 4. | O Artigo 3º da Lei..... | 137 |
| 5. | O Artigo 4º da Lei..... | 143 |
| 6. | O Artigo 5º da Lei..... | 146 |
| 7. | Os Artigos 6º e 19, I, II e III, da Lei..... | 147 |
| 8. | Considerações Finais..... | 148 |
| | Referências Bibliográficas..... | 149 |
| 4. | PODE SER SUBSIDIÁRIA E EXCEPCIONAL A INTERVENÇÃO DO ESTADO SOBRE O EXERCÍCIO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS? O ARTIGO 2º, III, DA LEI Nº 13.874/19 E A CONSTITUIÇÃO..... | 153 |
| | <i>Daniel Sarmento</i> | |
| 1. | Introdução..... | 153 |
| 2. | A Constituição econômica brasileira é compromissória, mas com limites. Democracia, moldura constitucional, justiça social e mercado..... | 155 |
| 3. | O princípio da subsidiariedade na ordem econômica e seus limites: inconstitucionalidade parcial da versão radical do princípio esposada pela Lei nº 13.874/19..... | 160 |
| 4. | Conclusão..... | 164 |
| | Bibliografia..... | 165 |
| 5. | A MÃO INVISÍVEL E A FACA NO PESCOÇO: CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS SOBRE O “ABUSO DE PODER REGULATÓRIO” NA LEI 13.874/2019..... | 169 |
| | <i>Diogo R. Coutinho</i> | |
| | Referências..... | 179 |
| 6. | LEI DE LIBERDADE ECONÔMICA: CONSTITUCIONALIDADE APONTAMENTOS ACERCA DA CONSTITUCIONALIDADE MATERIAL DA LEI N. 13.874/2019..... | 181 |
| | <i>Amanda Flávio de Oliveira</i> | |
| I. | Introdução..... | 181 |
| II. | Ordem Jurídico-econômica Constitucional..... | 182 |
| III. | Ordem Jurídico-econômica Constitucional de 1988 e a Lei de Liberdade Econômica..... | 190 |
| IV. | Considerações Finais..... | 194 |
| | Referências bibliográficas..... | 196 |
| 7. | A CONSTITUIÇÃO ECONÔMICA E A LEI Nº 13.874/2019..... | 197 |
| | <i>André Cyrino</i> | |
| I. | Introdução..... | 197 |
| II. | Notas sobre o sentido da Constituição Econômica..... | 198 |

| | |
|--|-----|
| III. A Constituição de 1988: entre o compromisso e a normatividade | 202 |
| IV. A Lei da Liberdade Econômica é constitucional? | 205 |
| V. Encerramento | 207 |
| VI. Referências | 208 |
| | |
| 8. A PROIBIÇÃO DE RETROCESSO ECOLÓGICO E A NOVA LEI DAS LIBERDADES ECONÔMICAS – ALGUMAS APROXIMAÇÕES | 211 |
| <i>Ingo Wolfgang Sarlet e Tiago Fensterseifer</i> | |
| 1. Introdução – A assim chamada Declaração de Direitos de Liberdade Econômica no contexto do Estado Democrático, Social e Ecológico de Direito | 212 |
| 2. Notas sobre a fundamentação, conteúdo e alcance de um princípio da proibição de retrocesso ecológico na ordem constitucional brasileira ... | 214 |
| 2.1. Parte geral – proibição de retrocesso como princípio (geral) vinculativo na esfera ecológica | 214 |
| 2.2. Vinculação dos poderes públicos ao princípio da proibição de retrocesso | 222 |
| 2.3. A autonomia (relativa) do princípio da proibição de retrocesso ecológico | 228 |
| 3. Considerações finais: o princípio da proibição de retrocesso aplicado à NLE | 230 |
| | |
| 9. A LEI DE LIBERDADE ECONÔMICA E A DESPROTEÇÃO DO TRABALHADOR | 235 |
| <i>Cássio Casagrande</i> | |
| 1. Introdução | 235 |
| 2. Nota preliminar sobre o processo legislativo da Medida Provisória 881, que deu origem à “Lei da Liberdade Econômica” | 236 |
| 3. A Constituição e a gestão da jornada de trabalho | 237 |
| 4. A flexibilização da jornada de trabalho em sucessivas “reformas trabalhistas” | 239 |
| 5. A “Lei de Liberdade Econômica” como nova etapa da Reforma Trabalhista | 241 |
| 6. Possíveis repercussões processuais das alterações no art. 74 da CLT, com a redação da Lei 13.874, de 2019 | 243 |
| 7. Conclusão | 245 |
| | |
| 10. LIBERDADE ECONÔMICA E LIBERDADE DE E NO TRABALHO: UMA URGENTE DISCUSSÃO CONSTITUCIONAL | 247 |
| <i>Noemia Porto</i> | |
| 1. Introdução | 247 |
| 2. Inconstitucionalidades material e formal da Lei nº 13.874/2019 | 248 |

24 | LEI DE LIBERDADE ECONÔMICA E SEUS IMPACTOS NO DIREITO BRASILEIRO

| | | |
|-------|--|-----|
| 3. | Interpretação constitucional e o limitado alcance da Lei nº 13.874/2019 no campo dos direitos sociais trabalhistas | 251 |
| 4. | Jornada de trabalho: obrigatoriedade constitucional de controle..... | 253 |
| 5. | Desconsideração da personalidade jurídica e a proteção de créditos de natureza alimentar | 258 |
| 6. | Conclusões..... | 262 |
| | Referências..... | 264 |
| 11. | LEI DA LIBERDADE ECONÔMICA E A DEFESA DA CONCORRÊNCIA ... | 267 |
| | <i>Juliana Oliveira Domingues e Pedro Aurélio de Queiroz P. da Silva</i> | |
| 1. | Introdução..... | 267 |
| 2. | Uma Ideia de Liberdade Econômica..... | 269 |
| 3. | A LLE e o Direito Concorrencial: o abuso de poder regulatório | 275 |
| 3.1. | O abuso de poder regulatório e os órgãos de controle..... | 278 |
| 4. | A LLE e a AIR (Análise de Impacto Regulatório): aspectos concorrenciais.... | 283 |
| 5. | Considerações finais | 286 |
| | Referências bibliográficas | 287 |
| 12. | CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO PARA A LEI DE LIBERDADE ECONÔMICA – INSTITUIÇÕES E CUSTOS DE TRANSAÇÃO | 289 |
| | <i>Isabela Maiolino e Luciano Benetti Timm</i> | |
| I. | Introdução..... | 289 |
| II. | Premissas conceituais da análise econômica do direito: os custos de transação | 291 |
| II.1. | O papel das instituições..... | 296 |
| III. | A lei de liberdade econômica | 298 |
| IV. | Considerações finais | 302 |
| | Referências bibliográficas | 303 |

PARTE III
IMPACTOS DA LEI DE LIBERDADE
ECONÔMICA SOBRE O DIREITO PÚBLICO

| | | |
|-----|---|-----|
| 1. | ATOS DE LIBERAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRIVADA E PODER DE POLÍCIA: PRESSUPOSTOS E LIMITES | 309 |
| | <i>Floriano de Azevedo Marques Neto e Rafael Vêras de Freitas</i> | |
| | Introdução | 309 |
| I. | A livre-iniciativa e a exigência de prévio ato de liberação | 310 |
| II. | O Poder de Polícia sobre a atividade econômica..... | 316 |

| | |
|---|------------|
| III. O Regime jurídico dos atos de liberação na Lei da Liberdade Econômica | 321 |
| Conclusões | 329 |
| Bibliografia..... | 329 |
| 2. ATOS DE LIBERAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRIVADA E ASPECTOS FEDERATIVOS..... | 333 |
| <i>Aline Lícia Klein</i> | |
| I. Introdução: Disposições da Lei nº 13.874/19 como normas gerais de Direito Econômico | 333 |
| II. As normas gerais no Estado federativo brasileiro..... | 334 |
| III. Regulação da liberação de atividades por outros entes federativos | 335 |
| IV. Limites para atuação de outros entes federativos | 338 |
| V. Direito do administrado de receber tratamento isonômico dos diversos entes federativos..... | 340 |
| VI. O rol de atividades dispensadas de autorização prévia..... | 342 |
| VII. Deferimento tácito de solicitações de atos públicos de liberação: não aplicação automática aos outros entes da federação..... | 343 |
| VIII. Repercussões na atividade de fiscalização | 346 |
| IX. Observações finais..... | 348 |
| Referências..... | 349 |
| 3. ATOS PÚBLICOS DE LIBERAÇÃO E EFEITOS POSITIVOS DO SILÊNCIO ADMINISTRATIVO NA LEI DA LIBERDADE ECONÔMICA – MUTAÇÕES DO PODER DE POLÍCIA NO DOMÍNIO ECONÔMICO | 351 |
| <i>Gustavo Binenbojm</i> | |
| I. A estrutura do poder de polícia no Estado democrático de direito | 351 |
| II. A disciplina normativa: uma estrutura de incentivos conformadora de comportamentos | 354 |
| II.1. A ordem de polícia..... | 356 |
| II.2. A questão dos graus de vinculação à juridicidade | 357 |
| III. Consentimento administrativo (expresso ou tácito) ou mera comunicação de atividade | 361 |
| IV. Algumas inovações da Lei da Liberdade Econômica – LLE (Lei nº 13.874/2019) | 366 |
| IV.1. Da liberação a priori de atividades econômicas de baixo risco da necessidade de atos de consentimento administrativo | 367 |
| IV.2. Do efeito positivo do silêncio administrativo nos requerimentos de atos de liberação pública..... | 369 |
| Referências bibliográficas | 369 |

| | | |
|------|--|-----|
| 4. | ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO NA LEI DE LIBERDADE ECONÔMICA..... | 371 |
| | <i>Alexandre Santos de Aragão</i> | |
| I. | Introdução..... | 371 |
| II. | Breve histórico | 373 |
| III. | Pressupostos de um sistema geral de AIR | 375 |
| IV. | Etapas da AIR..... | 376 |
| V. | Institutos afins | 377 |
| VI. | A disciplina (ou a insuficiência de disciplina) na Lei de Liberdade Econômica | 379 |
| VII. | Conclusões..... | 381 |
| 5. | LEI DE LIBERDADE ECONÔMICA, CONCORRÊNCIA E ABUSO DE PODER REGULATÓRIO..... | 383 |
| | <i>Celso Fernandes Campilongo</i> | |
| | Introdução | 383 |
| | Art. 4º, inciso I..... | 384 |
| | Art. 4º, inciso II..... | 387 |
| | Art. 4º, inciso III | 390 |
| | Art. 4º, inciso VI | 393 |
| | Conclusão..... | 393 |
| | Referências bibliográficas | 394 |
| 6. | A NOVA LEI DE LIBERDADE ECONÔMICA E O BEM-ESTAR SOCIAL NO BRASIL..... | 395 |
| | <i>César Mattos</i> | |
| I. | Introdução..... | 395 |
| II. | O Capítulo da Ordem Econômica da Constituição e a Liberdade Econômica | 398 |
| III. | Direitos Econômicos Fundamentais e Subsidiariedade da Ação do Estado ... | 404 |
| IV. | O Abuso do Poder Regulatório e a Advocacia da Concorrência..... | 407 |
| V. | O Papel da Análise de Impacto Regulatório | 408 |
| VI. | Conclusões..... | 411 |
| 7. | LEI DE LIBERDADE ECONÔMICA E SEUS IMPACTOS NO DIREITO BRASILEIRO: REGULAÇÃO DE SANDBOXES | 413 |
| | <i>Vinícius Marques de Carvalho</i> | |
| I. | Introdução..... | 413 |
| II. | <i>Sandbox</i> regulatório..... | 415 |
| III. | Instituição do <i>sandbox</i> regulatório no contexto da lei de liberdade econômica | 418 |

| | |
|---|-----|
| IV. Perspectivas de implementação de <i>sandbox</i> regulatório | 422 |
| V. Repercussões da lei nº 13.874/2019 no Direito Público | 424 |
| VI. Conclusão | 426 |
| VII. Referências bibliográficas..... | 427 |

PARTE IV
IMPACTOS DA LEI DE LIBERDADE
ECONÔMICA SOBRE O DIREITO PRIVADO

| | |
|---|-----|
| PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS NA INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS DE DIREITO COMERCIAL..... | 431 |
| <i>Fábio Ulhoa Coelho</i> | |
| I. Introdução: estado e economia <i>in abstractu</i> | 431 |
| II. O plano de valorização do café..... | 432 |
| III. Uma lei oportuna e necessária..... | 436 |
| IV. Princípios constitucionais de direito comercial | 441 |
| IV.1. Princípio da liberdade de iniciativa | 442 |
| IV.2. Princípio da livre concorrência | 445 |
| IV.3. Princípio da função social da empresa..... | 447 |
| V. Conclusão | 448 |
| Bibliografia..... | 450 |
| 2. A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA – O AVESSE DO AVESSE | 451 |
| <i>José Roberto de Castro Neves</i> | |
| 1. Introdução..... | 451 |
| 2. A personalidade jurídica | 452 |
| 3. A desconsideração da personalidade jurídica..... | 454 |
| 4. Quem pode ser atingido pela desconsideração?..... | 458 |
| 5. Desvio de finalidade e confusão patrimonial..... | 460 |
| 6. O grupo econômico..... | 464 |
| 7. Considerações finais: uma medida excepcional..... | 464 |
| Bibliografia..... | 465 |
| 3. LEI DE LIBERDADE ECONÔMICA E SEUS IMPACTOS SOBRE A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA | 467 |
| <i>Ana Frazão</i> | |
| 1. Considerações iniciais..... | 467 |
| 2. Entre as distorções na utilização da personalidade jurídica e as distorções na aplicação da desconsideração da personalidade jurídica..... | 468 |

| | | |
|----|---|-----|
| 3. | Requisitos de aplicação da desconsideração: a Lei de Liberdade Econômica não alterou a regra geral da desconsideração com base no abuso da personalidade jurídica nem trouxe critérios mais objetivos para a sua identificação..... | 473 |
| 4. | A extensão subjetiva da desconsideração da personalidade jurídica: a Lei de Liberdade Econômica inova para restringir os efeitos da desconsideração apenas àqueles que foram beneficiados com o abuso da pessoa jurídica..... | 479 |
| 5. | A desconsideração da personalidade jurídica e o problema dos grupos empresariais | 481 |
| 6. | Considerações finais | 485 |
| 7. | Referências bibliográficas..... | 486 |
| 4. | NOTA SOBRE AS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA LEI Nº. 13.874/2019 NOS ARTIGOS 50, 113 E 421 DO CÓDIGO CIVIL | 487 |
| | <i>Gustavo Tepedino e Laís Cavalcanti</i> | |
| 1. | Introdução..... | 487 |
| 2. | Artigo 50 do Código Civil. Desconsideração da personalidade jurídica | 489 |
| 3. | Artigo 113 do Código Civil. Interpretação do negócio jurídico conforme a boa-fé objetiva | 494 |
| 4. | Artigo 421. Função social do contrato e intervenção mínima..... | 501 |
| 5. | Conclusão | 509 |
| | Bibliografia..... | 510 |
| 5. | INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA E LEI DE LIBERDADE ECONÔMICA..... | 515 |
| | <i>Paulo Henrique dos Santos Lucon</i> | |
| 1. | Introdução..... | 515 |
| 2. | Considerações preliminares | 516 |
| 3. | Desconsideração da personalidade jurídica no direito material: alterações promovidas pela Lei 13.874/2019 | 519 |
| 4. | Incidente de desconsideração da personalidade jurídica no código de processo civil de 2015 | 522 |
| 5. | Conclusões e encerramento | 526 |
| | Referências Bibliográficas | 527 |
| 6. | SINGULARIDADE SOCIETÁRIA NA LEI DE LIBERDADE ECONÔMICA – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A LIMITADA E A EIRELI SOB AS MODIFICAÇÕES DA LEI Nº 13.874/2019..... | 529 |
| | <i>João C. de Andrade Uzêda Accioly</i> | |
| 1. | Introdução..... | 529 |

| | |
|--|-----|
| II. Um fenômeno quase universal (e não tão recente) | 532 |
| III. A Eireli até a LLE..... | 535 |
| IV. Origem das mudanças na lei | 537 |
| V. A singularidade societária originária na LLE..... | 540 |
| V.1. A Eireli após a LLE | 540 |
| V.2. A limitada “unipessoal”: Parágrafos 1º e 2º do art. 1.052 do Código Civil..... | 542 |
| V.2.1. A singularidade do sócio na limitada..... | 542 |
| V.2.2. “No que couber”: O que se aplica ao documento do sócio único?..... | 544 |
| V.2.3. Separação patrimonial na singularidade societária..... | 546 |
| VI. Considerações finais | 548 |
| Referências..... | 549 |
| 7. A LEI Nº 13.874/2019 E OS FUNDOS DE INVESTIMENTO..... | 551 |
| <i>Otávio Yazbek</i> | |
| 1. Introdução..... | 551 |
| 2. O regime legal e regulatório dos fundos de investimento | 553 |
| 3. Alguns conceitos básicos sobre fundos de investimento..... | 556 |
| 3.1. A natureza dos fundos de investimento..... | 557 |
| 3.2. Administradores e outros prestadores de serviços..... | 558 |
| 3.3. Os fundos “555” e os fundos estruturados | 561 |
| 4. Comentários à Lei nº 13.874/2019..... | 562 |
| 4.1. A natureza jurídica dos fundos de investimento | 562 |
| 4.2. O regime de responsabilidade dos cotistas | 563 |
| 4.3. O regime de responsabilidade dos prestadores de serviços..... | 565 |
| 4.4. A possibilidade de diferenciação entre classes de cotas..... | 566 |
| 4.5. A insolvência dos fundos de investimento | 568 |
| 5. Considerações finais | 569 |
| Referências bibliográficas..... | 569 |
| 8. A LEI DA LIBERDADE ECONÔMICA E AS MUDANÇAS NA LEGISLAÇÃO DE REGISTRO EMPRESARIAL..... | 571 |
| <i>André Santa Cruz</i> | |
| Introdução | 571 |
| 1. As mudanças na Lei de Registro Empresarial..... | 572 |
| 1.1. Fim do preço público relativo ao CNE | 573 |
| 1.2. Publicação dos atos decisórios das Juntas Comerciais na internet.... | 573 |

30 | LEI DE LIBERDADE ECONÔMICA E SEUS IMPACTOS NO DIREITO BRASILEIRO

| | | |
|-------|--|-----|
| 1.3. | Registro automático de informações meramente cadastrais..... | 574 |
| 1.4. | Desnecessidade de autorização governamental prévia para o registro empresarial..... | 574 |
| 1.5. | Desnecessidade de indicação do NIRE para arquivamento de atos..... | 575 |
| 1.6. | Simplificação da análise de atos de sociedades anônimas | 576 |
| 1.7. | Registro automático de atos que utilizem instrumento padrão fixado pelo DREI | 576 |
| 1.8. | Substituição do Recurso ao Ministro pelo Recurso ao DREI | 578 |
| 1.9. | Prova da publicidade de atos societários..... | 578 |
| 1.10. | Isenção para extinção de empresários individuais, empresas individuais de responsabilidade limitada e sociedades limitadas | 579 |
| 1.11. | Declaração de autenticidade de documentos por advogado ou contador..... | 579 |
| 2. | Conclusão | 580 |
| 9. | A NOVA LEI DA LIBERDADE ECONÔMICA NA PERSPECTIVA DO DIREITO DO TRABALHO..... | 581 |
| | <i>Augusto César Leite de Carvalho</i> | |
| 1. | Ordem preexistente sobre trabalho e liberdade econômica..... | 581 |
| 2. | Princípios da liberdade econômica e do Direito do Trabalho | 584 |
| 3. | Novidades normativas que desafiam o senso de prudência ou o controle judicial de validade | 585 |
| 3.1. | A CTPS digital não é propriamente uma CTPS | 585 |
| 3.2. | Ponto por exceção é instrumento precário para o empregador | 587 |
| 4. | À guisa de conclusão | 590 |
| 5. | Referências bibliográficas..... | 591 |